

3 INTERDEPENDÊNCIA CAMPO/CIDADE E AS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS

O progressivo processo de urbanização no mundo e no Brasil provocou a reorganização dos espaços que compreende as zonas rural e urbana de forma intensa. Todavia, conforme Prado Júnior (2006b), durante séculos o Brasil foi considerado um país essencialmente rural, em função de a base econômica centrar-se na agricultura. No entanto, os distintos ciclos econômicos proporcionaram o surgimento dos primeiros núcleos urbanos, os quais foram aceleradamente aumentando, sobretudo no século XX, quando a industrialização passou a comandar a lógica econômica do país sem, contudo, deixar de ser agrícola, mas adequando o sistema produtivo às novas exigências do setor industrial em ascensão.

Logo, para analisar a relação entre os espaços rural e urbano, este capítulo compõe-se de três itens. O primeiro versou sobre a concepção do rural tradicional e o “novo” rural no Brasil. O segundo analisou as formas de organização espacial do campo e da cidade no contexto da sociedade atual. E o terceiro item tratou da estrutura espacial, social e econômica que criaram as condições para o estabelecimento do desenvolvimento sustentável local.

3.1 O rural tradicional e o “novo” rural

Em consonância com Reis (2006, p. 3), o advento da indústria a partir de meados do século XVIII, contribuiu para o surgimento de profundas alterações na distribuição espacial da população mundial, as quais redundaram em diversas configurações espaciais da sociedade planetária que consumaram a separação entre as áreas rurais e urbanas, haja vista que a disseminação do capitalismo originou,

[...] um conflito entre duas realidades distintas: o urbano, símbolo de incorporação do capitalismo e do progresso da técnica e, o rural, refúgio da aristocracia decadente e de antigas relações e formas de vida. A dicotomia entre o rural e o urbano procurava representar, portanto as classes sociais

que contribuíram para o aparecimento do capitalismo industrial ou que a ele se opunham [...]. A partir disso, o urbano passa a ser associado ao novo, ao progresso capitalista das fábricas e, o rural, ao velho, ou seja, à velha ordem social vigente.

Nesse sentido, para Marques (2002), o final do século XIX até meados do século XX, caracterizou-se pelo avanço do processo de urbanização aliado à industrialização da agricultura, conformando-se, assim, como o *continuum* rural-urbano.

Este contexto, de acordo com Campanhola e Graziano da Silva (2000), explicitou a recorrente derrocada de velhos mitos relativos às áreas rurais brasileiras, como a oposição entre o espaço rural e urbano, que devido aquele apresentar baixa densidade populacional era associado ao atraso, enquanto o último correspondia ao moderno. Todavia, ao longo do tempo, simultaneamente ao desaparecimento dos caracteres que expressavam o atraso do meio rural, foi surgindo um “novo” rural embasado no *agribusiness* caracterizado por grandes propriedades mecanizadas cuja produção destina-se ao mercado externo. O segundo assentou-se na crença de que o espaço rural era completamente dedicado às atividades agropecuárias. Contudo, desde o final do século XX, presenciou-se crescentemente o número de trabalhadores rurais ocupados em atividades não-agrícolas, o que possibilitou a disseminação das Ocupações Não-Agrícolas (ORNA's) pelo país.

O terceiro mito consistiu em acreditar que o êxodo rural era inevitável. No entanto, para Graziano da Silva (1998), estava ocorrendo no Brasil uma volta aos campos, que não se confundia com um retorno às atividades agrícolas, mas como áreas que representavam locais de descanso para os finais de semana ou férias. Já o quarto entendia que o desenvolvimento agrícola conduzia necessariamente ao desenvolvimento rural. Porém, este panorama não se consubstanciou em norma, na medida em que os direitos sociais dos trabalhadores da cidade até aquele momento ainda não foram estendidos aos do campo. E, o último mito supunha que a gestão das pequenas e médias propriedades rurais era essencialmente familiar. Mas, o que se verificava no Brasil era a individualização da gestão das propriedades, uma vez que diversos membros das famílias procuravam formas alternativas de inserção produtiva externas às propriedades.

Desta maneira, consoante Marques (2002, p.96), “o espaço rural tem passado recentemente por um conjunto de mudanças com significativo impacto sobre suas funções e

conteúdo social”. Assim, este cenário, ao mesmo tempo em que o revelou como um espaço de expressiva importância para a sociedade brasileira e mundial, expôs a premência de estabelecimento de novas estratégias de desenvolvimento rural, embasada em políticas de valorização do campo, a qual influencia diretamente na expansão e consolidação do agronegócio no país.

Para Graziano da Silva (1998), esta nova configuração de ocupação do espaço rural constituiu-se dos Complexos Agroindustriais (CAI's), a partir da segunda metade da década de 1970, caracterizada pela implementação da indústria para a agropecuária e pela agroindústria processadora.

Portanto, os CAI's passaram a consistir no principal vetor da modernização da agropecuária, os quais representaram a lógica da divisão social do trabalho entre o campo e a cidade, que a partir dos anos de 1990 são gradativamente aproximados.

3.2 Campo e cidade

O debate nos âmbitos social e ambiental sobre as relações entre o campo e a cidade são recorrentes em função da proximidade das atividades implementadas nos dois espaços gerarem profunda interdependência. Todavia, não obstante esta conformação, de acordo com Lefebvre (1969 apud ENDLICH, 2006), desde os primórdios da civilização cidade e campo eram separados, manifestando assim, a primeira e fundamental forma de divisão do trabalho. E, com o passar do tempo, as mudanças políticas, econômicas e sociais ocasionaram o aprofundamento da diferenciação socioespacial do trabalho, originando a contraposição entre o rural e o urbano.

Nessa perspectiva, historicamente presenciou-se no espaço urbano um perfil dinâmico e acelerado alicerçado no crescimento dos setores secundário e terciário, e no espaço rural, um perfil de baixa produtividade embasado no setor primário. Destarte, para Bernardelli (2006), entender os espaços rural e urbano implica em compreender a contradição própria da sociedade capitalista.

Contudo, segundo Marques (2002), esta contradição está diminuindo, sobretudo a partir de meados do século XX, em virtude da reestruturação capitalista decorrente das inovações tecnológicas provocarem a desconcentração espacial das atividades econômicas, especialmente, as produtivas, as quais estão viabilizando novos cenários de crescimento econômico em áreas não densamente povoadas derivado do aumento considerável do desenvolvimento das pluriatividades.

Salienta-se, em consonância com Fuller (1990), que pluriatividade consiste em uma unidade produtiva multidimensional em que se empreendem atividades agrícolas e não-agrícolas dentro e fora do estabelecimento, formando o *modus operandi* do processo de globalização em curso no mundo impelir mudanças nas relações de trabalho no meio rural.

Desta forma, Reis (2006, p.2) destaca que,

[...] a expansão do tecido urbano sobre as áreas rurais e o crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades consideradas até então como exclusivamente urbanas, indicam a existência de um novo paradigma sócio-espacial [...] diante disso, a realidade sócio-espacial torna-se cada vez mais complexa. Os espaços rural e urbano não podem ser compreendidos separados um do outro, visto que são realidades que não existiriam isoladamente.

Nesse sentido, Marques (2002) ressalta a necessidade de se contrapor à concepção de que o espaço rural é sinônimo de atraso, haja vista o reconhecimento de que este espaço pode apresentar dinamismo econômico.

Assim, Krahel e Campos (2006) evidenciaram a emergência de uma nova leitura acerca dos espaços rural e urbano, *vis-à-vis* as dimensões econômicas, sociais, políticas, ambientais e culturais, as quais incitaram distintos significados, dinâmicas e recortes territoriais.

Tais compreensões, consoante Calado e Santos (2003), incentivaram grandes transformações socioespaciais em diversas cidades do mundo nas últimas décadas, as quais ocasionaram o surgimento do processo de conurbação, que implica na fusão entre duas ou mais cidades vizinhas, em áreas de aglomerações metropolitanas e não-metropolitanas, concentrando parcela expressiva da população.

Já para Rocha e Pizzolatti (2005, p. 48), as articulações dos espaços rural e urbano proporcionaram,

[...] significativas transformações no campo. As concentrações urbanas que se estenderam sobre as áreas rurais e as absorveram, acabaram por apresentar a construção de uma nova paisagem, representada pelas dinâmicas e vivências da população residente. Contudo, estudos acerca das questões urbanas, das quais têm alardeado a respeito da funcionalidade e independência da cidade sobre o campo, mostram-se pouco abrangentes quando desconsideram o espaço urbano como um mosaico de subespaços articulados, compostos por grupos sociais e modos de vida distintos.

Para Santos (1993), esta dinâmica redundou na urbanização generalizada a partir de meados do século XX, decorrente do crescimento demográfico, da terceirização e do deslocamento das residências dos trabalhadores agrícolas para áreas urbanizadas, revelando a intensa dependência entre os espaços rurais e urbanos.

Além do mais, Santos e Silveira (2001, p. 279) salientam que,

Neste fim do século XX, as fronteiras econômicas se ampliam, mais áreas são ocupadas e pode-se mesmo dizer [...] que o território brasileiro está inteiramente apropriado. [...] a natureza recuou consideravelmente, enquanto todas as formas de densidade humana ficam mais presentes. Ainda que desigual, há uma porção considerável do território, maior densidade técnica, acompanhada de maior densidade informacional.

Logo, em consonância com Rocha e Pizzolatti (2005), em função do avanço da urbanização sobre o território, a relação cidade-campo tem se constituído frequentemente de subespaços rurais no espaço urbano e vice-versa. Tal conformação foi resultante da mobilidade populacional, na medida em que ao longo do tempo as cidades tornaram-se hospedeiras de grande contingente de migrantes da zona rural que reproduziram em bairros da periferia o modo de vida do campo.

Ao mesmo tempo, a urbanização e a crescente industrialização, de acordo com William Silva (2006, p. 65), exigiram a incorporação do espaço rural haja vista que,

Com as transformações ocorridas no Brasil posterior às políticas implementadas por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, acontece uma nítida transição nos cenários políticos e econômicos, passando de um país agrário-exportador para um país urbano-industrial. Dessa feita, a produção do espaço no Brasil passa a ser orientada por novas relações sociais, de modo que surgem necessidades de outras configurações espaciais para a reprodução de diversas lógicas que estavam sendo introduzidas e num movimento dialético, também, as novas configurações espaciais passam a difundir as lógicas dominantes e a modificar as estruturas sociais.

Este contexto, segundo Rocha e Pizzolatti (2005, p.47), manifesta a presença do processo do *continuum* entre o campo e a cidade uma vez que,

À medida que a promoção do espaço urbano repercutia em transformações técnicas e sociais no campo, através da revolução tecnológica das práticas agrícolas e da industrialização do território, a relação entre estes espaços – o rural e o urbano – apresentam simultaneamente particularidades em suas funcionalidades.

Neste sentido, para Sobarzo (2006), a introdução de tecnologias modernas no espaço rural deu-se em virtude da inovação do sistema produtivo, que anteriormente era exclusividade do espaço urbano.

Nessa perspectiva, Ferreira (2002, p. 290) explicita que “a expansão do espaço agrário relacionada à modernização da agricultura, indicando aquelas áreas em que as modificações foram mais significativas trazem certa preocupação com as consequências espaciais do processo de modernização”, por reorientar o espaço em conformidade com as aspirações do grande produtor rural. Logo, as relações de trabalho, próprias da cidade, vão sendo introduzidas nos espaços rurais, revelando a interdependência entre ambos.

Para Campanhola e Graziano da Silva (2000, p. 12-13), tais relações ficaram mais evidentes nos espaços rurais e urbanos devido,

[...] a crise de empregos, nas áreas urbanas, que vem se acentuando desde os anos de 1980, acarretou numa maior procura pelo meio rural, não somente para moradia, mas também para desempenhar atividades, tais como prestação de serviços domésticos, para autoconsumo ou trabalho por conta-própria, empregos em agroindústria, serviços públicos, professor de primeiro grau, mão-de-obra temporária na agricultura, pedreiros, balconistas/atendentes, motoristas, ajudantes, vendedores ambulantes, etc.

Ademais, para Kageyama (2002, p. 1), o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola, mas em função do progressivo crescimento das pluriatividades da população rural e do incremento da procura por diferentes tipos de lazer e moradia pelos habitantes do meio urbano, os quais têm transformado o espaço rural em lugar de vida e não apenas em local de produção, como presenciado historicamente, haja vista que,

Na maioria dos países desenvolvidos e em alguns Estados do Brasil, há uma tendência de crescimento da importância da pluriatividade para as famílias e as regiões antes centradas na agricultura, ao lado de uma redução dos territórios antes classificados como eminentemente ou exclusivamente rurais.

Assim, Rocha e Pizzolatti (2005, p. 50) salientam que,

Cada vez mais se tem a ampliação do tecido urbano. Este se apropria do campo, transformando-o em território urbano, podendo então a partir daí, tirar mais uma fonte de renda. Atualmente, os elementos – luz elétrica, fogão a gás, televisão, telefone [...] já não mais dizem respeito apenas à cidade. A vida urbana chega ao campo, fazendo-o integrante do paraíso de consumo.

Por conseguinte, o processo de urbanização se caracterizou pelas termologias campo x cidade ou rural x urbano, pois na medida em que a cidade é construída e reconstruída constantemente, tal movimento refletiu-se no espaço rural. Destarte, Blume (2004) enfatiza que a industrialização avançou no sentido das localidades rurais e a homogeneidade, que era prevalecente nas bases ocupacionais da população rural, já não se apresenta predominantemente demarcada como anteriormente, uma vez que a introdução de

tecnologias modernas como a comunicação, informática e a biotecnologia estão cada vez mais diminuindo as fronteiras entre os espaços rurais e urbanos.

Para William Silva (2006), o espaço rural hodiernamente passou a se conformar como continuação do espaço urbano, sendo denominado de urbanização do campo por internalizar o modo de viver urbano, sem dedicar-se predominantemente às tarefas relacionadas à agricultura, estruturando assim reflexos dialeticamente construídos.

Desta maneira, consoante Balsadi (2005), o comportamento e quantidade das ocupações na agricultura brasileira modificaram e reduziram consideravelmente, sobretudo, nas regiões Sudeste e Nordeste, em decorrência da crescente utilização de maquinário no meio rural possibilitar o surgimento de novas atividades não ligadas ao setor agrícola próximo as áreas de produção.

Além do mais, conforme Campanhola e Graziano da Silva (2000), as atividades empregatícias diversificaram-se cotidianamente, inicialmente derivadas da crise de empregos nas zonas urbanas, em função do crescente êxodo rural potencializar mão-de-obra disponível para atividades no setor terciário, que a partir dos anos de 1980 apresentou hipertrofia de profissionais. Tal panorama incitou os trabalhadores urbanos a dirigirem-se para o meio rural para ocuparem-se em prestações de serviços, as quais anteriormente eram atividades próprias das cidades, como pedreiros, balconistas, atendentes, motoristas, ajudantes, etc.

Segundo Graziano da Silva (1999), a materialidade das pluriatividades beneficiou ambas as populações da cidade e do campo, em virtude das novas atividades representarem fontes alternativas de renda, especialmente, para as famílias rurais que não têm condições de sobreviver exclusivamente da agricultura.

No entanto, para Basaldi (2001), este contexto é conhecido como *commuting* que, em geral, significa ir e vir da residência para o local de trabalho, porém neste caso particular o processo centra-se em que o emprego encontra-se no espaço rural, gerando como consequência a forte dependência das áreas rurais dos centros urbanos.

Nesse sentido, Oliveira (1994) ressalta que a industrialização das atividades agrícolas no campo desenvolveu-se dependente dos trabalhadores das cidades, haja vista que a monopolização do capital em uma determinada porção do território, cria, recria e redefine relações de produção.

Portanto, o grande desafio para os espaços rurais e urbanos alicerça-se em valorizar ambos os espaços. Para tanto, deve-se por um lado impedir que o avanço da zona urbana possa colocar em risco a existência do meio rural e, por outro lado, firmar este espaço como gerador de emprego com vistas a criar condições de vivência sustentável para os trabalhadores do campo e da cidade.

3.3 Espaço rural e o desenvolvimento sustentável

A consolidação da industrialização brasileira nos anos de 1950 requereu novas formas de organização do espaço rural, a qual foi implementada através da introdução de tecnologias e insumos modernos no processo produtivo conhecida por Revolução Verde conduzida pelos Estados Unidos da América e a Organização das Nações Unidas (ONU), através da qual dinamizou a estrutura agrícola de vários países. Este novo padrão de produção aprofundou a histórica estrutura agrária, em virtude da agropecuária ter sido embasada na monocultura e na grande propriedade.

Esta configuração, consoante com Veiga (2004, p.58), expressou a lógica do capitalismo globalizado, na medida em que os desafios da ruralidade relacionaram-se com o desenvolvimento técnico-científico-informacional que transformaram o espaço rural em complemento do espaço urbano. Logo, o espaço rural,

Não desapareceu, nem renasceu, fazendo assim que as duas hipóteses fossem ao mesmo tempo parcialmente verificadas e refutadas, o que leva à formulação de uma terceira: o mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo.

Nessa perspectiva, a inserção produtiva do espaço rural tornou-se uma realidade, manifestada pelo casamento entre o campo e a cidade, ou seja, pela interdependência entre ambos.

Tal panorama, para Wanderley (2003, p. 33), exprime os espaços rural e urbano como *continuum*, em função da progressiva inter-relação que aproxima os dois pólos considerados aparentemente como extremos na medida em que ressalta,

[...] as semelhanças entre os dois extremos e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações campo e cidade não destroem as particularidades dos dois pólos [...] se desenha no intenso processo de mudança ocorrido nas relações sociais.

Já para Siqueira e Osório (2001), o *continuum* consiste em um processo inicialmente segregado que vai se convergindo, pois,

Metaforicamente é como se um plano fosse dividido ao meio e suas metades recebessem respectivamente as cores preto e branco. É a primeira etapa da diferenciação, em que a atenção se foca no contraste, e não no relacionamento profundo que existe, não pelas cores, mas pelo fato de serem metades partes de um mesmo plano. Gradualmente, a fronteira antes nítida entra as cores começa a se transformar. O preto entra no branco e o contrário, gradualmente, as tintas se misturam e por fim temos o plano preenchido não mais por duas metades, mas por um gradiente que vai do branco em um extremo do plano ao preto em outro, passando por ínfimos tons de cinza. É a segunda etapa da diferenciação, quando as definições precisas são implodidas e ressurgem gloriosas a relação profunda e a unidade existente entre o preto e o branco, componentes do mesmo plano, da mesma realidade.

Sendo assim, em consonância com Basaldi (2001), o espaço rural não deixou de ser sinônimo de campo, mas passou a ser um complemento da cidade e vice-versa, pois a introdução de atividades tipicamente urbanas contribuiu para o fortalecimento desta inter-relação. Por conseguinte, a crescente urbanização do meio rural proporcionou a construção de infra-estruturas semelhantes às existentes somente no espaço urbano, como o comércio.

Contudo, não obstante a relevância dessa nova configuração, alicerçada na intensificação das pluriatividades nos espaços que compreendem a zona rural constatou-se que as tecnologias reduziram o emprego de mão-de-obra no campo, ao transformar o trabalhador em mero apêndice da máquina.

Por conseguinte, de acordo com Del Grossi e Graziano da Silva (2002), esta conformação econômica caracterizada pela diversidade produtiva é denominada de “novo rural” e relaciona-se a três grandes grupos de atividades: agropecuária moderna, baseada nas *commodities*; atividades não-agrícolas, como moradia, lazer e, sobretudo, prestação de serviços; e, um conjunto de “novas” atividades agropecuárias localizadas em nichos (*habitats*) de mercado diversificado. No entanto, enfatiza-se que este cenário apresentou dinâmicas diferenciadas nas regiões brasileiras.

Desta forma, salienta-se que o “novo rural” constitui-se em importante alternativa de emprego para os trabalhadores da cidade e do campo que se adaptam as diversas lógicas de organização do mercado capitalista relativo à agropecuária. Nessa perspectiva, para Rua (2006, p. 86), o espaço rural passou a manifestar a situação na qual,

Desaparece o tradicional corte rural/urbano; a pluriatividade, que mescla atividades não-agrícolas e agrícolas no espaço rural; a diminuição do tempo necessário para o trabalho agrícola (mecanização), que podem levar o agricultor à dedicação parcial à agricultura, podendo incorporar outras fontes de renda ao orçamento familiar [...] novas atividades surgem no campo, antes exclusivas da cidade, a localização de fábricas no campo e difusão de trabalho industrial no campo. Procura-se cada vez mais trabalhar fora da unidade produtiva, quando membros da família dedicam-se à prestação de serviços (tratoristas, frentista, comerciante, veterinário, piloto agrícola, etc.), marcando desta maneira a nova relação dos trabalhadores rurais com a terra.

Destarte, consoante Basaldi (2001), a instalação de diversas atividades no espaço rural que proporcionaram a sustentabilidade dos trabalhadores, decorreu da incorporação de nove dinâmicas que mutuamente tiveram a função de impulsionar o fortalecimento das Ocupações Não-Agrícolas (ORNA).

A primeira refere-se às atividades econômicas vinculadas à agricultura como fornecedora de trabalho para a população, como o processamento e a comercialização, os quais representam os ciclos produtivos e de venda. A segunda assim como a primeira se complementam, em virtude da geração de ocupações derivadas do consumo da população

rural ao incrementar a demanda de bens e serviços não-agropecuários como transportes, comércio, etc.

A terceira diz respeito à mão-de-obra excedente que não abandona a zona rural e por isso busca emprego não-agropecuário no campo ou na cidade. A quarta reporta-se ao aumento dos bens e serviços não relacionados diretamente a produção agrícola, como artesanato, lazer e turismo rural, as quais são majoritariamente implementadas por residentes dos centros urbanos. A quinta destaca a importância da expansão dos serviços públicos para as áreas rurais como, educação, saúde, administrativo, etc.

A sexta dinâmica ressalta o crescimento da demanda por terras para uso não-agrícola pelas agroindústrias e empresas prestadoras de serviços, as quais encontram, no espaço rural, alternativas de locação para fugir das externalidades negativas dos centros urbanos. A sétima direciona-se para a população urbana de baixo poder aquisitivo, pois trata de obter posse de terrenos para a construção de moradias por meio de autoconstrução em áreas rurais situadas nas proximidades da cidade, ou que podem ser beneficiadas por subsídios do governo que possibilitam a fixação em assentamentos que possuem infra-estrutura mínima, como água, luz elétrica e serviços de transportes.

A oitava refere-se à demanda da população urbana de elevado poder aquisitivo que se dirige para os espaços rurais à procura de lazer ou para construir segunda residência, gerando assim novos postos de trabalhos que atendam as necessidades dos serviços a elas relacionadas.

Já a nona dinâmica incorpora o papel das “novas atividades agropecuárias” cuja organização produtiva assenta-se em nichos (*habitats*) de mercados urbanos, os quais tomam decisões que são repassadas para filiais localizadas próximas às áreas de produção, dinamizando assim, o processo econômico no setor agrícola.

Por conseguinte, as políticas públicas adotadas para a integração dos espaços rural e urbano, centradas no crescimento da produtividade agrícola e na intensificação de atividades não-agrícolas, proporcionaram mudanças na zona rural ao disponibilizar aos trabalhadores melhorias nas condições de renda, emprego e qualidade de vida. No entanto, tais transformações não expressaram ainda profundas mudanças nas vidas das populações rural e urbana, na medida em que a “nova” organização produtiva reproduziu a histórica estrutura

alicerçada na grande propriedade e em produtos de particular interesse do mercado internacional. Ademais, salienta-se que tal estrutura de produção embasada, fundamentalmente, na interdependência entre os espaços rural e urbano, até o presente momento, além de não ter conseguido incluir o conjunto de excluídos, provocou graves danos ambientais.